

O Estado e o Poder dos Negócios

Zaher Baher

Março, 2021

Recentemente, estive envolvido em uma longa discussão com um amigo próximo que não é anarquista. Ele acredita que o destino dos seres humanos é uma espécie de socialismo, mas não necessariamente aquele que os anarquistas desejam.

Meu amigo pensa que as necessidades do Estado diminuirão gradualmente, até o ponto em que não será mais necessário governar a sociedade por meio de uma autoridade separada, pois seus membros serão plenamente conscientes, responsáveis e atentos, de modo que todos cuidarão uns dos outros e da sociedade também. Finalmente, ele concluiu dizendo: “Já que a sociedade seria governada por seus próprios membros, os legisladores se tornarão desnecessários”.

Claro, os anarquistas falam sobre socialismo, mas em uma forma mais ampla, como uma sociedade sem classes e não hierárquica. Os anarquistas não traçam um mapa para a sociedade futura e como ela deve ser administrada. Pensamos e trabalhamos para criar uma sociedade que seria controlada por todos, onde não haveria ninguém no comando para nos dominar e explorar; sem patrões, sem proprietários de terras e sem governo de cima para baixo. Não elaboramos como será no futuro. Essa seria a tarefa daqueles que vivem nessa sociedade, como eles a organizariam e como se autogeririam.

Aqui surgem questões fundamentais. O papel do Estado diminuirá quando o capitalismo se fortalecer? O Estado desaparecerá gradualmente ou se desmontará? A teoria neoliberal falhou em reduzir algumas ou todas as funções do Estado? Se sim, por que vemos o Estado mais forte do que nunca? Há muitas outras perguntas a serem feitas sobre este assunto.

Para começar, devo, muito brevemente, examinar a história recente do Estado, do liberalismo e das teorias neoliberais. Muitos de nós sabemos que o Estado é muito antigo, remontando a cerca de 10.000 anos, talvez mais, e que se desenvolveu através de várias etapas, funcionando de forma diferente de acordo com a sociedade de onde o Estado surgiu.

No entanto, levou muito tempo para o Estado moderno emergir e alcançar seu estágio maduro. Independentemente do estágio pelo qual o Estado passou, historicamente ou como é agora, sempre houve uma luta vital entre o setor empresarial e o Estado. Embora nenhum dos dois pudesse viver sem o outro, cada um queria subjugar o outro para seu próprio benefício.

Atualmente, o Estado parece ter completado suas funções, cuja essência uma vez abraçou a economia liberal e, em seguida, as teorias neoliberais. Enquanto o Estado não era completamente compatível com o setor empresarial em geral e com as grandes corporações em particular, as corporações sempre tentaram encontrar maneiras de reformar o Estado para seu benefício e para atender aos seus objetivos.

Uma das principais tentativas de reformar o sistema econômico no último século foi o neoliberalismo. Um grupo de liberais que ajudaram a moldar a economia de mercado social apresentou um programa em uma reunião em Paris em 1938. Entre os delegados estavam dois homens que definiram a ideologia, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Eles acreditavam na oportunidade do individualismo. Eles viam o governo como uma grande barreira, pois ele impedia o individualismo. O neoliberalismo abraça o individualismo e se opõe à “sociedade coletiva”, como colocou Margaret Thatcher. Em 1944, Hayek, em *The Road to Serfdom*, argumentou que “o planejamento governamental, ao esmagar o individualismo, levaria inexoravelmente ao controle totalitário”.

Em 1947, Hayek fundou a primeira organização que disseminaria a doutrina do neoliberalismo, apoiada financeiramente por milionários e suas fundações. A doutrina do neoliberalismo é bastante exclusiva em seu objetivo de libertar as principais seções do Estado e privatizá-las. Em resumo, a visão de Hayek é que os governos devem regular a competição para evitar monopólios. A ideologia do neoliberalismo trouxe colapsos financeiros, desastres ambientais e até o colapso gradual da saúde e da educação pública. Claramente, estava travando uma guerra em todas as frentes contra a sociedade; não apenas criou crises econômicas, mas também causou crises políticas.

Por outro lado, existe a política econômica keynesiana, desenvolvida pelo economista britânico John Maynard Keynes durante a década de 1930. Suas teorias foram uma resposta à Grande Depressão, e ele era altamente crítico das teorias econômicas anteriores, que ele chamou de “economia clássica”. Keynes afirmou que a intervenção é necessária para moderar os altos e baixos na atividade econômica.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, a influência de Keynes estava no auge, à medida que as economias capitalistas desenvolvidas e emergentes desfrutavam de uma taxa de crescimento excepcionalmente alta e baixo desemprego. Mais tarde, isso foi ecoado pelo então presidente dos EUA, Richard Nixon: “Todos somos keynesianos agora”.

As políticas keynesianas não duraram muito. No final da década de 1960, houve uma grande mudança, e o equilíbrio começou a se inclinar em favor dos interesses privados. Segundo os jornalistas Larry Elliott e Dan Atkinson, “1968 foi o ano crucial em que o poder se deslocou em favor de agentes privados, como os especuladores de moeda”. As políticas econômicas keynesianas foram oficialmente abandonadas pelo governo britânico em 1979. Gradualmente, as políticas keynesianas começaram a ruir, e as crises econômicas se aprofundaram. Naquela época, Milton Friedman comentou: “Quando chegou o momento de mudar... havia uma alternativa pronta para ser adotada”.

Assim que Margaret Thatcher e Ronald Reagan assumiram o poder, o restante do pacote logo seguiu: grandes cortes de impostos para os ricos, a destruição dos sindicatos, desregulamentação, privatização, terceirização e competição nos serviços públicos foram todos apoiados ou promovidos por órgãos e tratados multilaterais, como o FMI, o Banco Mundial, o tratado de Maastricht e a Organização Mundial do Comércio. As políticas neoliberais foram impostas – muitas vezes sem consentimento democrático. Notavelmente, essas políticas foram adotadas entre partidos que antes pertenciam à esquerda, incluindo o Partido Trabalhista e os Liberal-Democratas. Isso era esperado. Como John Major, quando foi eleito primeiro-ministro em 1992, disse famosamente: “1992 matou o socialismo na Grã-Bretanha... Nossa vitória significou que, entre 1992 e 1997, o Partido Trabalhista teve que mudar”.

A Escola de Chicago, também conhecida como “Chicago Boys”, desenhou pacotes para vários países, incluindo o Egito e outros na América do Sul, especialmente o Chile. Em uma visita ao Chile de Pinochet – uma das primeiras nações em que o programa foi amplamente aplicado – Hayek disse a um jornal chileno que era possível para um “...ditador governar de forma liberal...” e que ele preferia um “...ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo. Minha preferência pessoal tende a uma ditadura liberal em vez de um governo democrático desprovido de liberalismo”.

Não deveríamos nos surpreender quando Friedman e Hayek abraçaram alegremente as políticas neoliberais, como documentado por Naomi Klein em **“A Doutrina do Choque”**. “Os teóricos neoliberais defendiam o uso de crises para impor políticas impopulares enquanto as pessoas estavam distraídas: por exemplo, após o golpe de Pinochet, a guerra do Iraque e o furacão Katrina, que Friedman descreveu como ‘uma oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional’”.

Depois de quase quarenta anos, o crash financeiro de 2008 e a Grande Recessão descarrilaram o neoliberalismo, que perdeu sua força e desmoronou. Alguns governos e economistas quiseram voltar às soluções keynesianas para enfrentar as crises do século XXI. Eles não puderam ou não quiseram entender, ou simplesmente ignoraram a realidade de que as soluções do século passado não podem resolver uma crise do presente século. A razão para isso é bastante clara; é fundamental para a natureza do capitalismo em si que, seja qual for o nome ou a forma que tome, ele não funcionará mais.

O neoliberalismo foi longe demais e, onde quer que tenha sido implementado, trouxe desastres totais. Um desses países foi os EUA, onde os dados mostram que, “Durante a era neoliberal, a disparidade de riqueza racial não melhorou muito. Em 1979, o salário médio por hora de um homem negro nos EUA era 22% menor do que o de um homem branco. Em 2015, a diferença salarial havia aumentado para 31%. Para as mulheres negras, a diferença salarial em 1979 era de apenas 6%; em 2015, havia saltado para 19%. A propriedade de imóveis é uma das formas centrais de as famílias acumularem riqueza ao longo do tempo, mas as taxas de propriedade de imóveis entre afro-americanos em 2017 eram tão baixas quanto antes da revolução dos direitos civis, quando a discriminação racial era legal”. A situação estava tão ruim que cientistas políticos de destaque declararam que, “... os EUA não podem mais ser caracterizados como uma democracia ou uma república, mas como uma oligarquia — um governo dos ricos, pelos ricos e para os ricos”.

Alguns economistas, incluindo Paul Krugman, também argumentaram que as condições econômicas são semelhantes às que existiam durante a primeira parte do século XX.

À luz do exposto, podemos ver que as instituições governamentais e empresariais em qualquer país, de muitas maneiras, são inter-relacionadas e interdependentes. Sua unidade é muito mais forte do que sua divisão, e seus conflitos não passam de esforços para se unir contra a sociedade. Elas são inseparáveis. Executivos corporativos, líderes políticos e funcionários do governo pertencem todos à mesma classe social.

O Estado é o principal pilar do sistema e de sua economia. Ele trabalha para facilitar o funcionamento dos negócios e o aumento dos lucros. É o governo que molda as atividades empresariais, fornecendo um

ambiente adequado e funcional para os negócios. O objetivo das empresas é obter lucro, enquanto o objetivo do governo é garantir a estabilidade econômica e o crescimento. As empresas têm grande influência sobre o governo quando investem pesadamente em projetos de grande escala.

O governo, direta e indiretamente, implementa regras e regulamentos que ditam o que as organizações empresariais podem e não podem fazer e tenta influenciar as políticas dessas organizações com medidas tributárias.

O principal objetivo das empresas é obter lucro, e o governo fornece tudo para elas. O governo chega a ajudar a estabelecer instalações de produção de empresas, oferecendo incentivos fiscais em regiões menos desenvolvidas do país.

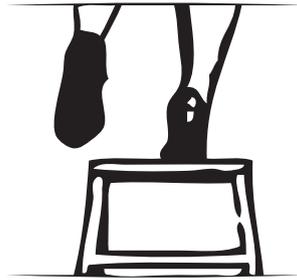
Como o governo e os políticos querem retornar ao poder nas próximas eleições, precisam do apoio dos negócios. Eles desejam satisfazer as corporações, e estas querem desempenhar um papel no governo e exercer grande influência.

As corporações e o restante do setor empresarial sabem muito bem que a entidade que pode protegê-las e mantê-las é o governo, o Estado. Elas sabem que a polícia, as leis, os tribunais, o exército, as redes de espionagem e o sistema educacional estão todos sob o controle do Estado. Sabem que, quando enfrentam a falência, o Estado pode resgatá-las, ou, quando enfrentam ameaças de suas próprias forças de trabalho, o Estado as protegerá por todos os meios.

Eles precisam desesperadamente um do outro. Na economia global de hoje, os empresários e empreendedores são as forças motrizes da economia, mas os Estados há muito tempo são a força mais poderosa na economia.

Portanto, os anarquistas insistem que a luta contra o sistema, a propriedade da economia e as elites, para alcançar uma sociedade sem classes e não hierárquica, não pode acontecer sem uma luta contra o poder, a autoridade e o Estado.

Biblioteca Anarquista



Zaher Baher
O Estado e o Poder dos Negócios
Março, 2021

libcom.org

Titulo Original: *The State and the Power of Business*. Tradução e Revisão por André Tunes @**Centro de Análises Sistêmicas Anarco Comunista**.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org